

Análise das Discussões em Grupo com praças da Polícia Militar de São Paulo

Adriana Loche

O grupo de praças da Polícia Militar foi composto por 11 policiais militares, das três patentes da categoria, que trabalham no patrulhamento de área de diversas regiões da cidade, abrangendo desde os bairros mais ricos até os mais pobres do município. Estavam presentes quatro soldados, três cabos e quatro sargentos. Ou seja, houve um equilíbrio entre as três patentes que compõem a categoria dos praças e não houve nenhum constrangimento pelas diferentes hierarquias.

Em um primeiro momento, a discussão ficou pautada nas dificuldades que os policiais enfrentam no seu cotidiano, dificuldades estas relacionadas à falta de recursos materiais e humanos, e também à inadequação da política de segurança pública adotada pelo governo de Estado.

Na percepção dos policiais, as queixas apresentadas não se configuram como "revolta", mas como problemas que devem ser abordados ao se tratar do relacionamento entre a polícia e a comunidade, pois as dificuldades enfrentadas pelos policiais se refletem negativamente no relacionamento que será estabelecido.

"Notem que o nosso tema aqui é polícia e comunidade, mas tudo isso que a gente está falando não é revolta não. Tudo isso interfere na relação lá fora".

De todos os policiais presentes, apenas um deles se declarou satisfeito com o seu trabalho em razão de estar lotado em um batalhão diferenciado, que investe no policial. Este policial afirmou que, como os demais, seu batalhão sofre da falta de recursos materiais, mas isto é compensado pelo investimento que há no policial.

O que pode ser depreendido do grupo é que há uma grande insatisfação quanto ao seu trabalho, por razões diversas que vão desde a falta de recursos materiais até a falta de reconhecimento institucional, passando também pela indefinição de qual é o seu papel na área de segurança pública.

1. Relacionamento com a população

Na primeira questão, os presentes foram convidados a refletir sobre como seria o seu relacionamento com a população por eles atendida, se havia um bom relacionamento entre ambos ou se percebiam dificuldades, ou seja, quais seriam os pontos positivos e negativos deste relacionamento.

Os praças percebem que o relacionamento tende a ser melhor com a comunidade quando há uma maior proximidade entre ambos. Esta proximidade pode ser proporcionada pelo Policiamento Comunitário ou pela permanência dos policiais por um maior tempo na mesma área. Quanto aos problemas, os praças acreditam que eles ocorrem com maior frequência com a população de classe média ou alta, que, em geral, os destrata.

Pontos positivos

Os pontos positivos do relacionamento entre polícia e comunidade aparecem em duas situações: quando há um maior contato entre ambas e quando o policial permanece por muito tempo em uma mesma área. Em ambas as situações, o maior conhecimento entre polícia e comunidade permite o estabelecimento de laços mais sólidos.

Uma boa parte dos policiais presentes ressalta que o relacionamento com a comunidade tende a ser melhor naqueles bairros onde há o policiamento comunitário, leia-se uma base comunitária instalada.

“O pessoal agora tem um relacionamento melhor, porque tem base comunitária dentro da favela, então tem um contato mais direto. A bandidagem perdeu um pouco de espaço lá. Basicamente é isso daí”.

“O policiamento comunitário na minha companhia é muito bom. Nós temos uma integração muito boa com o público, principalmente com o público interno. (...) Nós passamos aos policiais [a instrução] de no atendimento da ocorrência, não só atender a ocorrência e sair. Nós temos que vender, passar, transpassar a nossa imagem da polícia militar e conversar (...) Agora, o relacionamento com o povo é muito bom, na minha área não tem esse tipo de problema”.

“Os policiais militares daquela região tentam hoje implantar, como policiamento principal, o policiamento comunitário, para que assim tenha uma união maior entre a população, a comunidade e a polícia militar. Para que assim todos os problemas relativos... e algumas denúncias chegassem até nós com mais facilidade”.

De uma forma geral, pode-se afirmar que os praças percebem o Policiamento Comunitário como a forma eficaz de aproximação com a comunidade, propiciando tanto um melhor relacionamento com o bairro, como também formas de a população contribuir com a polícia.

“Policiamento, atuação, nossa relação com a comunidade é muito boa. A comunidade ajuda bastante a gente, porque se não fosse ela a gente não trabalha lá. (...) O nosso relacionamento é muito bom. O pessoal tem ajudado a gente. Eles consertam as nossas viaturas, pintam, não cobram nada porque sabem da situação da gente. Porque é para ajudar eles mesmos. Porque se eles não ajudarem a consertar a viatura não vai patrulhar e não vai andar no bairro dele. (...) Comunidade. Têm bairros que se ajuda. Tem um bairro que o pessoal se juntou para arrumar uma viatura para poder rodar na rua deles, porque senão não tinha”.

Alguns policiais ressaltam que, mesmo tendo este bom relacionamento, a população não faz muitas denúncias, porque desconfia da polícia. Esta desconfiança é atribuída, pelos praças, à ineficácia das leis ou a casos de corrupção.

“Porém, até hoje, mesmo tendo contato, o povo ainda desconfia da segurança. Por quê? Porque eles sabem das leis que hoje ajudam e apóiam, muitas vezes, até os marginais e os criminosos. Ou o rapaz é menor infrator, que às vezes num furto de toca fitas a mãe vai lá e assina o documento e sai... Ou a situação de extorsão mesmo na polícia civil, que você leva, às vezes, uma situação de tráfico de entorpecentes eles acabam mudando pra situação de porte, que hoje em muitos casos nem fiança tem...”.

Embora nem todos tenham se referido diretamente ao Policiamento Comunitário, os policiais consideram que um maior contato com a população proporcionaria um relacionamento melhor.

“Quanto ao contato polícia-sociedade, nós costumamos sempre estar nas reuniões no batalhão, CONSEG... O batalhão está sempre participando de reuniões com a comunidade em geral, então acho que a aproximação é relativamente boa na área do meu batalhão”.

Aliado à proximidade estabelecida pelo policiamento comunitário, um outro ponto positivo ressaltado pelos policiais militares é a permanência na mesma área por um maior tempo. Segundo os presentes, o maior benefício trazido pela fixação do policial é a confiança da comunidade local, que, por conhecer melhor o policial, não teme mais denunciar os delitos que ocorrem em seu bairro.

“O maior benefício de o policial trabalhar constantemente no mesmo local é que gera, entre o policial e a comunidade, uma certa confiança, uma certa intimidade, viabilizando assim denúncias (...) O comerciante muitas vezes não denuncia porque tem medo, não conhece o policial. Mas a partir do momento que ele passa a conhecer o policial, passa a confiar e, se ele passa a confiar, ele denuncia: ‘Olha aquele cara tem certo movimento. Eu nunca vi, ele é suspeito’. Eles denunciam mesmo, mas só se conhecer o policial e ele só conhece o policial através do tempo, em que o policial estiver na área”.

Outro benefício apontado em relação à permanência em um mesmo local é que, por serem bastante conhecidos da comunidade, têm maior facilidade em obter o que necessitam para o policiamento.

“Pra mim é uma vantagem, porque o meu relacionamento com a comunidade é muito bom. Eu conheço a área bastante, conheço as pessoas pelo nome e as pessoas já me conhecem na rua. Eu moro no bairro também. Todo mundo me conhece. Então já tenho um relacionamento bom, consigo as coisas mais facilmente, porque se eu chegar lá e pedir alguma coisa eles não vão negar pra mim”.

Em relação ao trabalho propriamente dito, os policiais também percebem boas vantagens em permanecer na mesma área. A primeira delas seria poder identificar facilmente o público local e o público estranho ao bairro. A segunda seria responder com maior agilidade quando uma viatura é solicitada pela comunidade, pois conhecem bem as ruas do bairro. E a terceira, saber quais são as áreas problemáticas do bairro, ou seja, com um maior número de ocorrências.

“O grande tempo no local eu acredito que é viável, porque você já sabe quem é aquele morador local. Se aparecer um estranho, você já sabe quem é e quem não é. Então o policial antigo no local é muito importante”.

“Se tem muito movimento, se tem pouco, se é normal ou não. Porque se eu passar em um lugar que eu não conheço, não vou saber se é normal o movimento de carros ou não, o movimento de pessoas, se aquele grupo pertence ao bairro...”.

“Ele tem conhecimento do local, do índice de criminalidade”.

Há, portanto, na opinião dos praças, uma dupla vantagem em estar por mais tempo em uma mesma área: 1) melhora o relacionamento com a comunidade; e 2) auxilia

o trabalho cotidiano. Além disso, os policiais sentem-se bem porque são reconhecidos como parte da comunidade.

“Pra você ver como é bom. Quando a gente se afasta, o pessoal da sociedade pergunta: ‘Pô, vocês estão de férias! Dois meses de férias!’. Quer dizer, sentem falta daquele policial local. Ele se torna amigo realmente”.

“Parte integrante da sociedade”.

De forma geral, pode-se afirmar que o melhor relacionamento com a população se dá entre aqueles policiais que têm um contato mais direto com a comunidade, seja por atuarem em uma base comunitária, seja porque estão há muito tempo na mesma área. É possível observar também que o relacionamento é muito pautado pelo que a comunidade pode oferecer a estes policiais, ou seja, ele é considerado bom quando a comunidade auxilia os policiais, seja fazendo denúncias, seja oferecendo recursos materiais – conserto de viaturas, construção de bases comunitárias etc.

Pontos negativos

Ao mesmo tempo em que a ajuda material da comunidade é percebida como um ponto positivo do relacionamento, é necessário destacar que muitos policiais não se sentem à vontade com este tipo de ajuda da população, por considerarem que é dever do Estado proporcionar as condições materiais necessárias para o desenvolvimento de seu trabalho.

“Então hoje a gente é obrigado (...) pra gente ter as coisas, pra poder por uma viatura pra rodar, a gente é obrigado até a se sujeitar a pedir para um comerciante, que a gente nem sabe se o cara é um traficante, se ele tem dinheiro...”.

Os policiais presentes apontam também outros aspectos que evidenciam que nem todo o relacionamento com a comunidade é bom. Isto depende muito da área: há quase um consenso de que o relacionamento com a população é mais difícil naqueles bairros de maior poder aquisitivo. Os policiais têm receio de sofrer prejuízos em razão da possibilidade de influência dos moradores sobre a cúpula da polícia.

“Algumas dificuldades com a população é que às vezes você prende filho de fulano de tal ou apreende moto ou carro dele e, de vez em quando, (...) a coisa até inverte pra polícia, entendeu?”.

Na percepção dos policiais, estes problemas existem porque esta parcela da população exige uma polícia que esteja sempre ao seu lado, em todas as circunstâncias: quer que a polícia atenda a todos os seus interesses particulares, que vão desde os mais simples, como uma poda de árvores, até mais graves, como livrar o filho de uma ocorrência policial.

“Cai uma árvore lá, o cara, se tem poder aquisitivo um pouco melhor, tem um conhecimento na praça, ele exige a presença da viatura. Independente ou não se você não tem os meios: ‘o que eu vou fazer num lugar que caiu uma árvore?’. Não é da minha competência e ele sabe disso, mas como ele tem uma certa influência, você é obrigado a ficar no local pra tentar resolver o problema”.

“É verdade. É um grande problema, porque ele quer que a polícia o trate igualmente, só que ele quer ser diferenciado e lógico que positivamente. Beneficiado”.

“Nesses casos aí, o que ele está tentando passar é o seguinte: essas pessoas esclarecidas, então, elas já sabem, qualquer coisa já aciona advogado e diz que vai processar, pedir indenização”.

“A realidade é que a lei é para todos e a justiça só para alguns. A realidade é essa”.

Em bairros em que o poder aquisitivo não é tão grande, mas as pessoas são esclarecidas, conhecem a legislação e, portanto, sabem dos limites da atuação policial, os policiais também avaliam que seu trabalho é mais complicado. Há maior preocupação com sua atuação, por exemplo, nos casos de desinteligência:

“A nossa rotina é desinteligência, às vezes é difícil, complicado, porque as pessoas lá são bem esclarecidas também. Não é como a periferia que você chega e... Lá não, lá você tem que saber o que fala. (...) Então, tem uma maneira correta de tratar. Todos têm que ser tratado de maneira igual, mas tem que ter uma certa cautela...”.

“Porque, às vezes, a gente tem que intimidar uma pessoa para ele parar de ser agressivo com uma outra, por exemplo. E a pessoa que é inteligente, que já sabe, já conhece, então ela sabe que não adianta a gente falar assim: ‘Ó, a próxima vez, se eu vir aqui de novo eu vou te levar preso’. Ela sabe que a gente não tem esse poder pra levar preso”.

Os policiais militares ressaltam que este relacionamento não ocorre na periferia, onde a população, por ter menos esclarecimento, se intimida com uma fala mais enérgica do policial ou só solicita a polícia para situações de maior gravidade.

Apenas um policial mencionou ter problemas de relacionamento com a população da periferia, mais particularmente com aqueles que vivem em favela. Na sua opinião, o relacionamento não é bom porque existe uma “muralha” entre a polícia e os moradores da favela.

“Como a maior parte da nossa área é favela, há ainda aquela muralha entre o pessoal que mora na favela, e a polícia... (...) A muralha é que o pessoal da favela acha que a polícia está lá somente para reprimi-los... O que é incorreto, inverdade. Nós estamos lá para tentar auxiliá-los e tornar o bairro, onde eles vivem, mais tranqüilo”.

Contrapondo-se à essa experiência negativa, um policial que também trabalha em área de favela indica a possibilidade de estabelecer um bom relacionamento com os moradores: em sua área não existiria esta muralha e tampouco esta imagem negativa, sendo a polícia bem vista, inclusive o policiamento especializado.

“Não necessariamente uma imagem negativa. Pelo menos lá o pessoal já acostumou até com a gente. Ultimamente está sendo muito bem visto. Atualmente, a polícia está muito bem vista, pelo menos na nossa área. Inclusive a Força Tática, pessoal vê, a criançada brinca, fala...”.

Um dos presentes questionou, inclusive, o que seria um relacionamento efetivo com a população.

“O contato do polícia com a população é minoritário. Às vezes, (...) o relacionamento pra mim pode ser uma coisa enquanto eu estou beneficiando o cidadão lá, que eu passo na porta do comércio dele... O dia que o filho dele tiver um problema eu já não vou prestar, porque vou prender o filho dele. Então não existe um relacionamento concreto, seguro para dizer que eu confio no cidadão e um dia ele vai me ajudar. Ele só vai se beneficiar disso aí. Então o comunitário não existe. Na realidade, ele não existe. Existe a troca. Eu me benefico de uma coisa e um outro dia você vai ter seu outro benefício. Vou te ceder alguma coisa”.

“Relacionamento, eu estou há pouco tempo nesse batalhão, mas a gente vê que, na área mais nobre do nosso batalhão, o relacionamento é bom até (...) a pessoa ter o problema com ela”.

Na realidade estes policiais afirmam que o relacionamento só é bom enquanto há um interesse recíproco; a partir do momento em que estes interesses forem contrariados, o relacionamento com a população passa a ser conflituoso.

Apesar das diferentes percepções sobre o relacionamento estabelecido com a comunidade, os policiais em sua maioria defendem que ele tende a ser melhor quanto maior for o contato com a população atendida, especialmente se este atendimento for feito pelo policiamento comunitário.

Imagem da polícia

O tema da imagem da polícia foi abordado espontaneamente pelos policiais quando tratavam de seu relacionamento com a comunidade. É curioso observar, no entanto, que os praças falaram muito mais sobre como são percebidos pela própria corporação do que propriamente sobre quais seriam os pontos negativos da sua imagem perante a população.

Como já foi dito, os policiais presentes na reunião trabalham com policiamento de área, exercendo a atividade fim da Polícia Militar - o policiamento ostensivo-preventivo. Entretanto, os policiais percebem que esta atividade não é “beneficiada pelo sistema policial”. Há uma forte sensação de que a corporação não dá a devida importância ao trabalho desenvolvido por estes policiais, pois sempre prioriza outros batalhões.

Mais do que isto, apesar de ressaltarem a sua importância para o policiamento, dado que representam o maior efetivo dentro da corporação - “nós que carregamos a polícia nas costas” -, acreditam gozar da seguinte imagem dentro da Polícia Militar:

“É considerado [o policiamento de área] a escória da polícia militar, por incrível que pareça. É um choque de entendimento, porque o que deveria ser privilegiado e todo mundo deveria auxiliar, aquele policial é invertido! O policial trabalha sozinho sem viatura, sem arma, sem fardamento, sem colete, sem subsídio, sem salário”.

“É o que tem menos condições”.

Estes policiais sentem-se, portanto, preteridos em relação a outros grupos dentro da própria Polícia Militar. A imagem que têm de si mesmos é que a sua opinião ou o seu trabalho não tem nenhuma importância para a corporação.

“Outra coisa, o batalhão de área (...) nós somos é o tipo da tropa lixo da PM. Nós somos discriminados. Se eu fosse do CHOQUE, ia ter o

fardamento, ia ter as melhores viaturas, porque é a menina dos olhos do comando geral. E a gente que lida com o povo, que a gente está com contato, aquela viatura que vai patrulhar a área pobre e que chega primeiro, tudo, ela não tem apoio nenhum”.

Estes policiais não se sentem tratados como profissionais e afirmam que a sua opinião ou a sua experiência não tem nenhuma importância para a corporação, que os exclui de qualquer processo de discussão sobre modelos de policiamento. A imagem que eles têm de si mesmos perante a corporação é de que não servem para decidir, apenas para cumprir ordens.

“Nós não somos tratados como profissionais de polícia. Nós somos meros cumpridores de ordens”.

Ao se perceberem como menos importantes que seus colegas de outros batalhões, os praças sentem-se desmotivados e não têm iniciativas para mudar a situação. Mais do que isso, passam a reproduzir esta imagem e tornam-se meros cumpridores de ordens.

Em relação aos problemas de sua imagem perante a população, os praças acreditam que eles teriam diferentes raízes, desde a existência de maus policiais até as falhas na legislação, que prejudicam seu trabalho.

Presença de maus policiais

Os praças acreditam que parte de sua imagem negativa deriva do fato de que, na corporação, alguns policiais acabam se envolvendo com a delinquência, porque “não conseguem se adaptar ao meio”.

Policiamento especializado

Quando a ocorrência atendida requer um patrulhamento especial, como a Força Tática ou o Batalhão de Choque, há uma forte possibilidade de que a população fique com uma imagem negativa da polícia. Isto ocorreria por duas razões: 1) as ocorrências atendidas por estes patrulhamentos necessitam do uso da força; 2) não há um contato direto com a comunidade atendida, então gera uma imagem negativa recíproca.

“Quando uma viatura de Força Tática entra em um bairro humilde ou uma favela, geralmente não é para ter contato com o povo e fazer aquele policiamento ostensivo, como as viaturas do setor fazem. Eles vão lá para ação de violência. Então, uma violência contra a polícia

gera outra violência, pra se defender e causa uma imagem negativa”.

Os policiais percebem que alguns setores especializados da polícia têm, perante a população, uma imagem mais negativa porque atuam em ocorrências em que o conflito já é mais latente e o confronto é quase uma regra.

Falhas do Judiciário e lacunas nas leis

Os praças queixam-se também que sua imagem é prejudicada pela atuação do sistema judiciário e pelas lacunas nas leis, que resultariam em “benefícios” para os infratores ao permitirem uma situação em que “a polícia prende e a justiça solta” – situação em que a população, que desconhece os trâmites legais, fica com a sensação de que foi a polícia que não cumpriu o seu papel.

“O judiciário também tem influenciado muito, porque às vezes a população vê o polícia fazendo a prisão em flagrante, apreendendo arma, droga, recuperando dinheiro de bando, recuperando veículo, conduzindo os indivíduos para a delegacia. Depois se passam 2 ou 3 meses e es lá o cara de novo passando na avenida, em cima de uma moto... O colega pergunta se você não prendeu ele. Prendi, fui no julgamento e tudo, mas e aí? Então existem falhas. Às vezes não é o policial que falha. Às vezes, também ele falha...”.

Pode-se concluir que a imagem negativa dos policiais militares, na visão dos praças, estaria muito mais relacionada ao que eles deixam de fazer – pela impossibilidade de desempenhar seu trabalho – do que pelo que eles realmente fazem.

Os policiais reconhecem que há problemas dentro da corporação, mas afirmam que a corporação já tem tomado providências em relação a isto.

“Houve aquele episódio da favela Naval que denigre a imagem da PM, que todo mundo lembra e vai ser guardada na história. Por quê? Porque foi um fato que motivou o alto comando da polícia militar em ‘vamos mudar’. ‘Vamos mudar? Ótimo’. Vamos implantar o policiamento comunitário, desmilitarizando um pouco a visão do policial, tirando aquele coturno, aquela boina, aquele revólver... deixando a coisa mais social. Uma camisa mais social, uma calça, um sapato...”.

A imagem negativa está relacionada às dificuldades de exercer o trabalho policial, tanto em razão dos problemas de outras instituições (Polícia Civil, Judiciário, Legislativo) que afetam o trabalho da Polícia Militar, como em razão dos problemas da própria corporação.

2. Expectativas da população

Quando questionados sobre qual seriam as expectativas da população em relação à polícia, a maioria dos presentes respondeu que a população quer *segurança*. Entre aqueles que responderam que este é o principal desejo da sociedade, merece destaque a resposta do praças que ressalta que isto não é um problema apenas de polícia.

“Segurança, mas só que é um conjunto de fatores e não depende só da polícia. É geral, educação, saúde, social”.

Na opinião destes mesmos policiais, a população quer ver as viaturas nas ruas, trabalhando na atividade-fim, proporcionando-lhes a tão desejada segurança. A população não espera ter policiais trabalhando em um balcão de informações turísticas e falando outras línguas. Ela espera ter a viatura rondando na sua rua, para evitar que o crime ocorra.

“A população quer segurança. É isso que ela quer. Eu acho que falar em instruir o policial, pra ele falar inglês, não sei o quê, isso é cultura do policial. Eu acho que a atividade fim da polícia militar é o policiamento na rua, dando segurança. Policiamento em si, viatura. (...) Passar ocorrência de auxílio ao público, socorro para área específica que é saúde. A área de informações que colocam cabine da polícia no aeroporto para dar informação, isso é da área da cultura. Policiamento, área fim. (...) Então, acho que a população quer segurança. É desvincular o famoso bonequinho marionete e colocar ele na segurança”.

Estes policiais, que trabalham na atividade-fim, sentem-se prejudicados relação aos colegas alocados em batalhões especializados, os quais possuem melhores condições, como treinamento.

A assertiva “a população quer segurança” traduz-se, na opinião de um dos policiais, na prevenção do delito. A população quer estar segura, quer saber que nada de mal vai lhe acontecer, e é o papel da Polícia Militar lhe proporcionar esta segurança. Caso seja impossível oferecer esta resposta, a Polícia Militar deveria, ao menos, dar mais atenção à vítima durante o atendimento.

“A população realmente espera segurança e nós observamos que, 90% das ocorrências policiais que nós atendemos, 10% nós deparamos de momento, as demais é tudo fato ocorrido. Quando a viatura é solicitada para dar apoio ao cidadão, o fato já ocorreu e é

isso que a gente tem que tentar terminar. Então, quando a viatura chega para atender o cidadão, o veículo dele já foi roubado, a carteira dele já foi roubada, o comércio dele já foi roubado. Em virtude dessas viaturas ficarem paradas, elas deixam de fazer o patrulhamento padrão, que seria um patrulhamento melhor, para dar mais segurança para essa pessoa. Então, quando a viatura chega para atender o cidadão ele já foi roubado e esse é o defeito grande. Então, quando nós vamos chegar no local, nós temos que pelo menos dar uma atenção mínima para aquela pessoa, o que nós não fazemos”.

Mais uma vez é possível perceber o desejo de que algo mude, de que os praças possam oferecer à população aquilo que ela necessita e espera: segurança. Os praças percebem que os modelos de policiamento adotados atualmente não são capazes de dar conta desta demanda da população.

Outro policial acredita que a expectativa da população em relação ao trabalho da polícia varia de acordo com a área em que esta população vive. Na periferia, a população quer um policial que atenda uma briga, que seja psicólogo, que oriente. Quer também que o policial chame a atenção daquele que está criando problemas, apenas para não ser mais incomodado. Nos bairros de maior poder aquisitivo, a população quer uma polícia subserviente, além de conivente.

“Depende de onde trabalha. Na periferia, o pessoal que chama você para uma ‘zica’, igual, briga de marido e mulher, não quer que você vá lá para prender ninguém. Ele quer que você vá trabalhar de psicólogo, para orientar o pessoal. Ele quer ver você para dar uma dura no cara para ele não fazer mais aquilo, não quer que vá prender ninguém, porque se você fala que vai prender, pedem pelo amor de Deus para não fazer isso com ele, porque ou é o marido ou filho. Então, a população que tem poder aquisitivo melhor, eles querem você para estar do lado dele na hora que ele precisa e na hora que ele der uma mancada, que ele fez uma coisa que não pode, você tem que estar do lado dele também, porque ele tem dinheiro e você não pode fazer nada. Se a gente for analisar estamos em uma sinuca de bico, não tem muito que fazer. Está amarrado, né? O pessoal que realmente precisa da polícia, que é o pessoal carente, do nosso serviço de hoje, não fazemos só segurança. Fazemos inteligência, psicólogo, médico, ambulância, padre... Faz tudo. Tem que mudar basicamente tudo”.

Mais do que refletir sobre as expectativas da população, os praças parecem refletir sobre qual é o seu papel perante a sociedade.

3. Policiamento ideal

Quando convidados a refletir sobre qual seria o modelo de policiamento mais eficaz, os praças arrolaram os seguintes pontos: a) policiamento ostensivo; b) participação da comunidade e c) universalidade do policiamento. Ao apresentar suas concepções do que seria um modelo mais eficaz de policiamento, os policiais apresentam também as dificuldades enfrentadas, contrapondo os seus modelos ideais à realidade.

Muitos problemas discutidos são de ordem administrativa, como falta de recursos materiais, planejamento inadequado sobre as operações policiais, entre outros. Entretanto outros problemas referem-se, especificamente, à sua concepção do que seria uma polícia ideal, principalmente quando mencionam a participação da comunidade e a universalidade do atendimento policial.

Os praças não mencionaram o policiamento comunitário como o modelo mais eficaz de policiamento, talvez porque, na realidade, os policiais presentes na discussão tenham uma opinião bastante ambígua em relação a ele: ao mesmo tempo em que o policiamento comunitário é percebido como um importante instrumento de aproximação polícia-comunidade, e visto como uma forma de melhorar a imagem da polícia, ele também é percebido como uma forma de beneficiar determinados setores da sociedade ou como uma forma de o governo passar para a sociedade apenas a sensação de segurança.

“Todo mundo fala em policiamento comunitário. Bonito no papel, interessante. (...) O comunitário que eu acho é a viatura circulando na área, rodando e não parada em frente a um banco, em frente a uma loja. Isso eu acho que já está virando policiamento particular”.

“O comunitário não existe. Existe um benefício, existe a senhora ter a sensação de segurança, só isso, mais nada”.

“Quando fala em policiamento comunitário que nem fala ali, o policiamento comunitário beneficia poucas pessoas. Então, assim, se eu sou comerciante, o governo fala assim, vamos criar uma base comunitária. Então ele determina que os comandantes façam contato com a população e aquela população através de dinheiro, de vários meios, constrói uma base policial e coloca lá: base... é... Governo do Estado de São Paulo, base da polícia militar, tal, tal, tudo bonitinho. A senhora que não está sabendo de nada pensa que foi o governo que fez aquilo, mas não foi. Foi a sociedade”.

Os policiais não acreditam que seja um modelo ineficaz, mas apresentam importantes falhas que deveriam ser cuidadosamente reparadas para não levar o modelo ao fracasso.

Policiamento ostensivo

Outra maneira de tornar o policiamento mais eficaz é permitir que a polícia exerça a sua atividade-fim, que é o policiamento ostensivo, visando à prevenção do delito. Os praças ressaltam que todos os policiais deveriam trabalhar no policiamento ostensivo e não apenas os que estão lotados na periferia. O policiamento ostensivo é assim compreendido:

“Seria o quê? Seria policial trabalhando na atividade fim, que é policiamento. Esquecer o lado de pós-ocorrência. Viatura voltar a ser como era antes, ou seja, viatura patrulhar no sistema normal, sem chamar os bandidos, falar assim: ‘Estamos chegando’. Sem espantar. Giroflex desligado, tal, caçando o bandido, procurando. Porque farol ligado e giroflex são para avisar marginal que estamos chegando. (...) Então, essa idéia de giroflex ligado é para o policial militar não se deparar com a ocorrência”.

“O que ele está querendo dizer é que o policial militar, pelo fato dele ser ostensivo demais em determinadas horas, atrapalha. Como que é feito o patrulhamento do tático? Eu, muitas vezes fui motorista e sei como é: totalmente apagado, muitas vezes nas ruas que eram mais ladeira a gente desligava o motor da viatura para fazer o mínimo de barulho possível. Já a ordem agora é ligar o farol mesmo de dia, ligar luz, não sei o que para gerar segurança”.

“O que quer passar para a população, tranquilidade e segurança. Então, o que o governo faz? Preventivo. Ele não faz o preventivo. Ele pega uma viatura com um polícia só, em cima de uma ponte com o giroflex ligado. Quem passa por ali fala que ali tem polícia. Mas aquela viatura não pode sair dali”.

Os policiais acham que não estão conseguindo exercer a sua atividade porque o governo não dá a eles esta possibilidade, seja porque não oferece os recursos materiais adequados, seja porque não dá a formação necessária aos policiais, ou, ainda, porque não dispõe de recursos humanos em número suficiente para exercer tal atividade. Quanto aos recursos, no entanto, os policiais não acreditam que o número de policiais seja insuficiente, mas que há uma distribuição desigual dos recursos.

“O policial de área não tem como ele dar aquele policiamento preventivo sendo que ele não tem viatura, não tem meios, não tem nada; e, às vezes, ele está fazendo serviço além do que ele deveria fazer. Fazendo auxílio ao público, por exemplo. Atendendo ocorrência de trânsito que deveria ser alguém mais especializado, fazendo TC [termo circunstanciado] que seria obrigação da polícia civil”.

Nota-se que os policiais queixam-se também do desvio de função: além de sobrecarregados pelo número de ocorrências criminais, eles exercem uma atividade que consideram competência da Polícia Civil: os termos circunstanciados¹.

“Termos Circunstanciados. Eu sou técnico disso aí, tenho diploma. Fiz um curso de dois dias. Dois dias e meio (...). Onde está a cabeça do cara que pensou nisso tudo aí? Ele pensou na população? Não pensou”.

Pelo que pode ser observado, os policiais militares mencionam ter recebido o treinamento, mas o treinamento não apenas é insuficiente como não há condições da Polícia Militar exercer mais esta atividade, visto que não consegue realizar nem mesmo a atividade para a qual foi criada.

“O que eu quero salientar é que a atividade fim da polícia militar não está sendo realizada a contento. O que é policiamento preventivo ostensivo? Ele previne o crime pelo fato de se ostentar, de se mostrar pra sociedade (...) A partir do momento que o crime ocorre, nada mais a polícia militar pode fazer. A não ser o patrulhamento com vistas. Dali em diante parte da polícia judiciária que vai tomar”.

Ao apresentar o policiamento ostensivo como o modelo de policiamento ideal, os praças observam que não conseguem desenvolver a sua atividade primordial - a prevenção do delito -, e estão assumindo o papel de polícia judiciária, reprimindo o crime.

Participação da comunidade

Um outro ponto ressaltado pelos policiais diz respeito à participação da comunidade. Ressalta-se que esta menção à participação da comunidade foi espontânea e segue o seguinte padrão: a população deveria participar mais denunciando crimes.

¹ O Termo Circunstanciado é uma espécie de boletim de ocorrência, realizado pelo Policial Militar que atende uma ocorrência de baixo potencial ofensivo. Em vez de o caso ser registrado em uma delegacia de polícia, o seu registro fica a cargo dos policiais militares.

Na opinião dos praças, a partir das informações prestadas pela comunidade à polícia, seja denunciando um crime ou mesmo registrando ocorrências policiais de furtos, os policiais militares teriam mais instrumentos para atuar na prevenção do delito, pois poderiam mapear a incidência dos delitos, programando a sua atuação.

A maior participação da comunidade contribuiria, pois, para a eficácia do policiamento. No entanto, os policiais afirmam que há um baixo grau de participação, por duas razões: a) a população sente-se insegura em denunciar; e b) os procedimentos em um distrito policial são muito demorados.

“Participação da comunidade. Você tem que ter participação, porque às vezes cobram muito da polícia... Tudo bem, que nós temos obrigação de tratar bem o cidadão lá, temos. Acho que é de cada um tratar as pessoas bem, atender da melhor forma possível, só que tem que ter um pouco de participação. A nossa área é uma área que tem muito roubo em farol, semáforo, essas coisas, e às vezes nós sabemos quem são, porque convivem ali, são menores mesmo, que estão ali sempre; nós pegamos esses menores, levamos para a delegacia e pedimos para entrar em contato com a vítima, a vítima não se prontifica. A pessoa fala: ‘Ah, a quantia era irrisória’, ‘Ah, foi um celular, uma quantia irrisória, não há necessidade’. Ela não vê que aquilo ali vai gerar um problema maior. Aquele menor vai ser solto e se ele roubou ali, vai, cinco reais, dez reais, ele vai chegar ali vai roubar de um outro depois R\$ 100,00, R\$ 200,00, R\$ 1.000,00, enfim... Vai crescendo o negócio. Então tem que ter um pouco de participação também da população”.

“Complementar o que ele disse. A sociedade não vai ao distrito em virtude da grande demora”.

“A sociedade é agitada, ela não quer perder tempo com nada, então, isso já prejudica”.

A participação da comunidade é compreendida como a sua disposição em denunciar crimes ou registrar boletim de ocorrência.

Um dos presentes mencionou, ainda, que a população que menos se preocupa em colaborar com a polícia é aquela de classe média e alta, por acreditar que nunca terá problemas com a polícia. Esta mesma população também não se preocuparia com os outros setores públicos (educação, saúde etc) e nem com o resto da sociedade.

“[A população] não se preocupa com administração pública. Vamos dizer assim, se você tem filho: ‘Ah, se eu ganho bem, eu ponho na escola particular’. Mas você não está nem aí com aquele pobre que

não tem condições. E esse pobre, no fim, pode se tornar um marginal, que amanhã vai matar o seu filho ou vai te matar, entendeu? A mesma coisa a polícia. Você não se preocupa com o que a polícia ganha, nem está nem aí, o que vai acontecer? O dia que você precisar mesmo da polícia, você não vai ter a polícia do seu lado e o que você vai fazer? Você vai falar mal da polícia. Quando você vir o policial, você vai jogar aquela frustração de não ter os seus desejos atendidos em cima daquele policial que já está com um monte de problemas também”.

Seu colega acredita que esta população não participa porque quando tem um problema, busca um atendimento privilegiado, tentando resolvê-lo diretamente com o comando da polícia.

“Essa sociedade classe média alta, eles se distanciam da polícia. Eles evitam a polícia. Eles acham que eles nunca têm necessidade, nunca têm necessidade de ter um contato com o policial. Eles têm contato com a alta patente, o pessoal de cima que... determina que vá lá e cumpra”.

Esta postura da população, que não quer se envolver com os problemas públicos, mas quer ser bem atendida quando necessita dos serviços deste setor, remete a um outro ponto destacado pelos policiais: a universalidade do atendimento policial.

Universalidade do atendimento policial

Parte dos presentes defendeu que uma polícia ideal é aquela que atende a toda a população, que previne o crime para todo mundo, independente de sua origem social. Ou seja, a despeito das diferentes expectativas da população, o policiamento ideal deveria ser aquele que atende de forma igual todos os setores da sociedade, mas os policiais percebem que há uma diferença de atendimento, conforme a classe social.

“Trabalhar igual para todos. Policiamento preventivo para todo mundo”.

“Nós temos policiamento na nossa área. A viatura fica 24 horas estacionada (...) por interesses particulares de alguém (...) A viatura fica lá, enquanto na periferia naquela massa da sociedade, que realmente precisa do policiamento preventivo [não tem]. (...).

“A própria sociedade já faz essa divisão. O rico consegue tudo porque tem dinheiro”.

É interessante observar que, apesar de levantarem diferentes aspectos sobre o que seria o policiamento ideal, os policiais consideram que o policiamento ideal deveria

atender de forma igual todos os setores da sociedade, garantindo a sua segurança através da prevenção do delito, sem privilégios de classe.

4. Obstáculos para o policiamento ideal

A discussão sobre o policiamento ideal esteve bastante pautada nas dificuldades que os praças enfrentam no desempenho de sua função. As dificuldades vão desde a falta de recursos materiais (equipamentos, viaturas, manutenção, fardamento) e humanos, o treinamento e aperfeiçoamento insuficientes, até a falta de continuidade do trabalho desenvolvido.

Falta de recursos materiais

Um dos principais problemas enfrentados pelos praças é a falta de recursos materiais, como a falta de viaturas e de fardas. Os policiais afirmam que a ausência de recursos materiais torna-se um grande obstáculo. Isto porque, muitas vezes, o policial se vê obrigado, para poder trabalhar, aceitar a ajuda da comunidade ou dos comerciantes do bairro, o que lhe causa um forte constrangimento e um sentimento de estar devendo favores para aqueles que os ajudam, favor este retribuído por um policiamento mais “efetivo”, em detrimento da grande maioria; e porque eles não sabem de fato quem os está ajudando, correndo-se o risco de a pessoa ter algum envolvimento com a criminalidade.

“Então hoje a gente é obrigado (...), pra gente ter as coisas, pra poder por uma viatura pra rodar, a gente é obrigado até a se sujeitar a pedir para um comerciante que a gente nem sabe se o cara é um traficante e ele tem dinheiro... Outra coisa, têm muitos traficantes que tem dinheiro e eles investem na polícia para ele se proteger disso”.

Em relação a outros instrumentos de trabalho, como fardas e armas, os policiais mencionaram que o Estado têm deixado de fornecê-los, pelo menos aos praças que trabalham com o policiamento ostensivo, os quais estão em contato direto com a população.

“Se eu fosse do Choque, ia ter o fardamento, ia ter as melhores viaturas, porque é a menina dos olhos do comando geral. E a gente que lida com o povo, que a gente está com contato, aquela viatura que vai patrulhar a área pobre e que chega primeiro, tudo, ela não tem apoio nenhum”.

Um dos presentes relatou que, para poder trabalhar, comprou seu material de trabalho, como farda e colete à prova de balas. Vale ressaltar que este foi o único policial que afirmou estar satisfeito com seu trabalho, porque, a despeito das dificuldades materiais, o batalhão onde está lotado atualmente investe em treinamento e aperfeiçoamento.

“Eu acho que o grande problema da polícia é a infra-estrutura. Eu estou aqui, porque eu comprei o meu calçado (...). Eu comprei o meu cinturão, eu comprei o meu fardamento, eu comprei a minha cobertura, que se eu não usar sou preso por falta de cobertura. Eu comprei o meu colete a prova de bala a prestação (...) Enfim, eu estou trabalhando às minhas custas...”

Os praças acreditam que cabe ao Estado fornecer as viaturas e a sua manutenção, para que o policial não seja obrigado a pedir favores para poder trabalhar. Mais do que isto, proporcionar as condições de trabalho é, no limite, oferecer de fato segurança à população.

“A sociedade mesmo conserta as nossas viaturas, lavam nossas viaturas, os pneus estão em péssimo estado e os borracheiros normalmente estão consertando. Isso seria obrigação do Estado. Se o Estado repassa para a Polícia Militar ou para a Secretaria de Segurança Pública não é do meu conhecimento, mas eu acho que ficaria um pouco melhor se a manutenção nossa fosse mais adequada. Então com relação à viatura estamos em situação precária, fardamento também em situação precária...”

Em relação às viaturas, apesar de se queixarem de sua falta, os policiais afirmam que há um sério problema de distribuição. Áreas que necessitam de um maior número de viaturas, onde há mais ocorrência criminal, há um maior contingente populacional e a companhia abrange um território maior, o número de viaturas é insuficiente, enquanto áreas mais tranquilas – em todos os sentidos acima – dispõem de um número maior de viaturas.

“Você pode ir a uma companhia de policiamento que tem 7 quilômetros quadrados, você vê 10, 15 viaturas operando em um setor. Outra área que tem quase 40 quilômetros quadrados, (...) você acha 1 ou 2 viaturas operando, [área esta] com altos índices de roubo, furto, homicídio... ou chacinas. Não se consegue combater porque não tem material, não têm meios. Deveria dividir esse privilégio e espalhar para a periferia, para melhorar o trabalho”.

“... Numa área periférica com quase 3 milhões de pessoas (...). Sabe quantas viaturas têm para atender o anseio daquela população? 4 ou 5 viaturas no máximo, pra atender o anseio de 4 milhões de pessoas. Quer dizer, 4 milhões, dividindo aí 1% que precisa da polícia, a senhora imagina quantas ligações, quantos chamados a polícia deixa de atender?”

Os policiais entendem como uso político da polícia esse tipo de distribuição dos recursos policiais, que privilegiaria alguns setores da sociedade ou proporcionaria à população apenas uma sensação de segurança.

Pouco efetivo nas ruas

Além da má distribuição de viaturas, os policiais militares queixam-se que há também uma distribuição não igualitária dos recursos humanos, que se traduz no pouco efetivo nas ruas.

“Então, a polícia militar tem dois problemas: um problema de infraestrutura e problema de má distribuição do efetivo”.

Esta ausência é atribuída muito mais à má distribuição do que à inexistência de efetivos. Calcula-se que apenas cerca de 15% do efetivo da Polícia Militar esteja nas ruas, trabalhando na atividade-fim, enquanto a grande maioria estaria alocada no trabalho administrativo.

“Se tirasse todo mundo que trabalha na administração atrás de mesa e colocar para trabalhar. Porque nós somos 80 mil e hoje na capital se tiver dez mil homens trabalhando é muito no serviço efetivo”.

Falta de oportunidades de treinamento e de promoção

Esta distribuição desigual revela, ainda, um outro problema: os policiais militares que estão na administração têm mais chances de obter promoção ou porque dispõem de um maior tempo para fazer cursos e se aperfeiçoar ou porque têm mais contato com os postos superiores, o que não ocorre entre aqueles que estão trabalhando na atividade-fim. A mesma diferença ocorre em relação aos policiais dos batalhões especializados ou aqueles que trabalham em áreas mais centrais, que têm mais oportunidades de treinamento do que aqueles que desenvolvem seu trabalho na periferia.

“Instrução... a gente tem pouca instrução na periferia”.

“Então, o policial que está interno ou o policial que está no Choque ou o policial que não está ligado a atividade fim da polícia militar, ele é beneficiado em horário e principalmente em qualificação. Horário nem tanto, em qualificação. Um curso que chega, eu posso perguntar para qualquer um aqui se alguém fez algum curso estando na área. (...) O recurso não chega”.

Além de apontar falhas da distribuição dos recursos, os policiais apontam insuficiência na formação dos praças na área penal. Os policiais acreditam que este déficit de formação interfere negativamente no seu desempenho, constituindo-se, pois, como um obstáculo para atingir um policiamento mais eficaz.

PROAR²

Os policiais acreditam que o Programa de Acompanhamento de Policiais Militares Envolvidos em Ocorrências de Alto Risco (PROAR) funcione muito mais como uma forma de inibir a ação policial do que como um programa de apoio psicológico para os policiais que se envolvem em ocorrências graves.

“Eles alegam que, porque nós nos envolvemos em troca de tiro, tudo, nós ficamos traumatizados e começamos a ficar insensíveis. (...) A alegação é essa, mas na verdade é uma forma de conter aquele policial para dar exemplo para os outros e os outros não fazerem nada”.

A imagem de que o PROAR serve para punir os policiais ainda prevalece entre os policiais. Na sua interpretação, esse tipo de medida enfraquece a ação policial, pois o policial tem receio de ser afastado do trabalho, e conseqüentemente abre espaço para a criminalidade.

“Com a criação desse PROAR fortaleceu mais ainda o crime organizado (...) e enfraqueceu a polícia, porque a polícia se recusava a participar e ir com mais vontade na ocorrência. Muitos até evitavam, se o roubo está aqui eu vou por ali. Teve muitos casos assim e o crime se organizou, cresceu e é o que é hoje”.

Policiamento integrado

² “O PROAR é um programa de controle e adequação de comportamentos, bem como de promoção do re-equilíbrio psíquico e emocional do policial militar que participa de uma ocorrência de alto risco, além de eventos trágicos que possam abalá-lo psicologicamente ou criar traumas”. (<http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/dpcdh/direitoshumanos/pauta.html>)

Como pode ser observado, boa parte dos problemas apresentados pelos policiais decorre de problemas na gestão dos recursos humanos e materiais dentro da polícia. Na avaliação dos praças, esta administração inadequada tem reflexos também no formato de policiamento adotado pela corporação, como no caso do policiamento integrado – modalidade em que um policial é fixado em um ponto estratégico e que é considerada inadequada à realidade brasileira pelos praças.

Este modelo de policiamento foi adotado, na opinião dos participantes para: “mostrar sensação de segurança e não [para] fazer segurança. Eles querem mostrar sensação”.

Na percepção dos policiais, o policiamento integrado gera insegurança para os policiais e não contribui para o controle da criminalidade.

“Esse policiamento integrado agora que coloca um homem isolado em uma viatura, parado em um ponto estratégico (...) Hoje qualquer marginal que tem a intenção de praticar um roubo, passa duas vezes naquela região, vê a viatura parada no mesmo lugar todos os dias e na área de cima não tem nada. Ele sabe que pode praticar um roubo, porque até a vítima ligar para o COPOM vai demorar um 1 ou 2 minutos, até a viatura ser acionada mais 2 minutos. Em 3 minutos o cara com carro está onde?”

“Eles já melhoraram para os ladrões. Agora pela Internet ele acessa e vê onde estão paradas as viaturas e vê o caminho certinho que ele tem que fazer certinho para escapar da viatura (...) Só falta por um alvo na cabeça”.

Estes problemas do trabalho operacional estariam relacionados à falta de participação dos policiais militares (praças ou aqueles que exercem a atividade fim) no processo de decisão e adoção de modelos de policiamento. O planejamento estratégico da Polícia Militar é definido por policiais que, por não terem experiência na rua, adotariam modelos inadequados à realidade brasileira.

“O policiamento integrado aqui no nosso país não funciona. Porque policiamento integrado é um polícia por viatura. Eles copiaram isso daí dos Estados Unidos. Só que nos Estados Unidos isso funciona. Por que? Lá existe um quadriculado, então a viatura está aqui, ele entra na primeira rua à direita, primeira rua à direita de novo, direita e vai sair onde estava. (...) Aqui, então, a primeira rua é primeira à direita, a primeira já é esquerda, esquerda (...) Aqui não funciona”.

“E o pior: a PM nossa quer que aquele policial solitário atenda a ocorrência. Às vezes, passam ocorrência como briga, tumulto, alguma coisa e o policial vai sozinho (...) Aí existem viaturas que é para dar apoio, pra apoiar ele, só que às vezes eles passam assim: ‘ocorrência simples pode passar pra viatura integrada que está sozinho’. Às vezes a ocorrência não é simples. É um roubo, é uma troca de tiro com marginais e quando você menos espera o policial está sozinho trocando tiro com bandido”.

Na avaliação dos policiais, este tipo de atitude do comando, além de não trazer resultados positivos para o policiamento, traz o risco para os policiais que são obrigados a permanecer sozinhos em um ponto fixo. Como não há diálogo entre os que estão na lida diária e aqueles que planejam o policiamento, por causa da forte hierarquia e da falta de uma política de continuidade, os policiais não vislumbram saídas. Na sua avaliação, a estrutura militar atrapalha o desenvolvimento do trabalho, porque os policiais devem obedecer às ordens sem discuti-las, caso contrário, podem sofrer sanções administrativas.

5. Propostas para melhorar o policiamento

Nas suas críticas sobre o que não funciona na Polícia Militar, os praças apresentam uma série de questões que merecem a reflexão do comando. Alguns problemas, como pode ser observado, dependem de pequenas mudanças administrativas, como redistribuir os recursos (materiais e humanos) de forma igualitária. Outras propostas necessitariam de um maior empenho e até mesmo de mais recursos financeiros. As suas propostas dividem-se em dois níveis, um que aborda temas mais estruturais e outra com questões mais pontuais.

O que importa salientar, no entanto, que é urgente, na visão dos policiais realizar uma mudança nas estruturas hierárquicas, promovendo a democratização da polícia.

Mudanças na estrutura do comando

Um primeiro ponto desta reforma seria a mudança de mentalidade do comando: é necessário que haja uma continuidade do trabalho policial, que as ordens não mudem de acordo com a vontade de cada comandante que assume o posto.

“O difícil na polícia é que não tem uma linha de trabalho. Não tem um padrão de policiamento, cada um faz o que quer. Minha companhia, de 2 anos pra cá, tivemos 8 comandantes e cada um tinha uma maneira de trabalhar. O penúltimo foi um bombeiro que

não tem nada a ver com policiamento. Não conhece policiamento e não sabe o que é policiamento. Só queria reformar e colocar os policiais de pedreiro”.

“Tem comandante que nunca sentou em uma viatura, não sabe nem o que é o patrulhamento e faz umas operações lá que não tem nada a ver. Não existe aquilo lá, não dá resultado nenhum, mas: ‘eu sou o comandante, estou mandando, vocês obedecem e pronto”.

A proposta dos policiais é que haja a especialização dos comandantes, de forma que cada unidade da PM (policiamento de área, florestal, bombeiro) seja comandada por aquele que efetivamente entende do tema, e que os comandos sejam ocupados por policiais com visão operacional. Assim, garante-se a continuidade do trabalho desenvolvido nas unidades.

“... Se a gente fosse exclusivamente policiamento de área e não policiamento do bombeiro, policiamento de mananciais, policiamento rodoviário, um exemplo... Tem gente que briga pra ser policial rodoviário, um exemplo, entendeu, ou Casa Militar, não tem nada a ver com policiamento de rua, a atividade fim. Aí pode ter certeza que a polícia vai melhorar mais de 100%, no policiamento de área, porque é o seguinte: o meu comandante, que seria o comandante do policiamento de área vai estar voltado só para isso”.

“Descentralizar o comando para que o comando se especialize na área que atua. O comando do bombeiro se especializa no comando de bombeiro, com problemas relacionados a bombeiro e ocorrências relacionadas a bombeiro. O comando de policiamento de área se especializa nesse plano de segurança, se envolva com os problemas dele e não se preocupe com problemas periféricos”.

Os praças reivindicam participar destas decisões, pois são eles que estão na linha de frente da polícia e conhecem mais sobre as dificuldades, sabem mais o que é possível ou não ser implementado.

“Eu sou soldado, mas não me considero um soldado. Me considero um profissional de polícia. Soldado é aquele que você fala: ‘sentido, meia volta volver e fica aí até eu lembrar de você’. Isso é o soldado, é o cabo, é o sargento, é o militar. É aquele pessoal que não é qualificado, ele é adestrado. Eu não sou um soldado e acho que nós devemos ser tratados como profissionais de polícia. Assim como o coronel mais antigo até o soldado mais recruta, são todos profissionais de polícia”.

Essas dificuldades estão relacionadas à estrutura militarizada da polícia, tema que provoca diversas sugestões, desde a redução da hierarquia até desmilitarização da polícia (esta não é consensual). Na avaliação dos policiais, o excesso de hierarquia serve apenas para inchar a estrutura e prejudicar a comunicação entre comandante e comandado. A redução de postos hierárquicos deveria ser realizada a curto prazo, assim como a redução da cadeia de comando, para que a comunicação entre os que estão na base e no topo da pirâmide seja mais ágil.

“Deixar só a polícia com a cadeia hierárquica que comanda, um gerenciamento tem que existir, em qualquer lugar do mundo tem que ter uma gerência. Na minha opinião não existe a necessidade de nenhum batalhão da polícia militar, só existe um comando regional, um comando geral, um comando regional e as companhias que são justamente nós que trabalhamos nas companhias, que tem que ter no máximo um tenente, muitas patentes sairiam... um coronel, um capitão, um tenente e o resto é conversa. Resolve o problema diretamente da informação de necessidade de policiamento pro órgão transmissor que é o CPA direto para a companhia que executa e acabou”.

“Em resumo, o que seria bom para melhorar é menos comando, menos cacique. Então, um comando que entenda da função que está fazendo. Hoje está acontecendo o contrário, estão dividindo mais as companhias e tendo mais mandantes, conseqüentemente...”.

É possível perceber que estas propostas de desmilitarização, de eliminação da hierarquia policial e de redução de postos de comando parecem estar diretamente relacionadas à sensação de desrespeito e, conseqüentemente, à frustração de que seu trabalho não tem resultado porque emperra em questões burocráticas e não operacionais.

Valorização do homem

Os praças defendem também que para melhorar o policiamento é necessário investir em recursos humanos, em especial melhorando a sua qualificação e sua remuneração, para que isto tenha reflexos imediatos no policiamento.

“Eu acho que a primeira coisa é a valorização do homem. Respeitar como ser humano e como pessoa. É o básico. (...). Segundo eu acho que não existe um bom profissional sem ter uma boa remuneração. Equipamento, viatura e reorganização. Colocar o homem onde precisa. (...) Então é valorizar o homem, dar condições de trabalho, segurança em geral e uma boa remuneração. Tirar de

uma rua onde mora um deputado, que tem 50 policiais e na periferia tem apenas um”.

Os praças acreditam que o investimento em melhores salários seria fundamental para que o policial pudesse se dedicar mais ao trabalho, não tendo que se preocupar com problemas financeiros ou se desgastando no bico.

“Você sendo pobre, sem condições, você não tem como progredir na sua vida. Nós policiais também. A polícia exige um padrão de vida pra gente. Nós não podemos morar em favela, cortiço e nem nada disso. Então, isso, o policial antes, o padrão de vida do policial que era antes, era de 11 salários mínimos, o padrão nosso de vida, né? Então, como caiu, caiu tanto que hoje o policial, ele é obrigado na hora de folga fazer o quê? O famoso bico”.

Na opinião destes policiais, a valorização do homem passa não apenas por uma melhor formação, mas também, e talvez principalmente, pela melhoria dos salários. Com salários melhores, o policial pode se dedicar a uma faculdade, estar mais com a família, ter atividades de lazer, etc. Ou seja, com salários melhores, os policiais não precisariam dobrar a jornada de trabalho fazendo bico. Os policiais propõem, como forma de melhorar os salários, a hora-extra, dentro da própria corporação.

“Eu posso perguntar para qualquer policial aqui que todos vão responder sim... Que policial que largaria o bico para fazer horas a mais na polícia militar, uma espécie de hora extra? Por exemplo, você trabalha no bico, você ganha quanto? R\$1.000,00 por mês? Se você trabalhasse na polícia militar 8 horas por dia, que é o tempo que você trabalharia para ser diário. Se dobrasse o salário... o trabalho policial normal de rotina, você largaria o bico pra trabalhar na polícia militar?”

Apenas um policial afirmou que não abandonaria o seu bico, porque se sente mais seguro fazendo bico do que trabalhando mais para a Polícia Militar e recebendo por hora-extra. Esta resposta relaciona-se à falta de apoio institucional que os policiais mencionaram reiteradamente em suas falas.

Divisão de responsabilidades

Uma outra proposta apresentada foi a divisão de responsabilidades pelos diversos setores que compõem a segurança pública, revelando que os praças têm uma visão mais ampla de segurança pública, que não se traduz apenas em polícia.

“A divisão de responsabilidade. Hoje em dia a segurança está muito em torno da polícia militar, está só a encargo da polícia e na verdade não é. Nós sabemos que a segurança é direito e responsabilidade de todos. Todos têm que ajudar, assistente social, hospital, enfim... Todos têm que ajudar e não só a polícia. Pode ver, toda vez que fala em segurança pública é a polícia militar. Até tiram a civil e mal falam sobre a civil. Então, acho que deveria ter uma divisão de responsabilidade. (...) Às vezes, a gente precisa de uma ambulância, fica aguardando três, quatro, cinco horas e não chega ambulância. Às vezes, você pega um cara está caído lá: ‘Pô, onde que eu vou levar esse cara aqui’, às vezes, o hospital lá nem recebe, às vezes, um 13 (louco), você tem que dominar ele, coisa de ambulância... você orienta a pessoa: ‘Ah, tenta 192’, ‘Não, mas dá um jeito. Não dá pra vocês levarem pro hospital, levar pra psiquiatria, alguma coisa assim’. A gente sabe que se ligar no 192 não vai vir ambulância, ninguém vai te apoiar. Então a gente precisa de apoio, tanto de, em relação a assistente social, enfim, diversas outras entidades, que precisam apoiar a polícia para tentar mudar isso aí”.

Embora formalmente exista uma divisão de responsabilidades, na prática, ela não ocorre. É o caso dos Consegs, onde diversos setores do poder público deveriam se unir para atender aos anseios da população, mas que nem sempre funcionam de forma integrada.

“No meu caso, o que seria possível para mudar de vez? Primeira coisa, em cada distrito existe o CONSEG. Só que, na gíria a gente fala assim: Conseg, mas não consegue nada. Por que? Porque era pra ser a polícia militar, polícia civil, Eletropaulo, Sabesp, prefeitura... Todos os órgãos públicos voltados para a população e para atender os anseios da população. Nas nossas áreas nós sabemos que tem determinada casa abandonada, que tem um grupo de marginais que ficam lá usando droga. Então a população denuncia, a gente vai lá, aborda essa residência, se os marginais estiverem lá a gente tira eles, se não estão cometendo nenhum crime, o máximo que a gente pode fazer é tirar eles dessa casa. (...)O que eu quero passar é o seguinte. A curto, médio e longo prazo o que pode ser resolvido? O certo seria o que? Aí eu chegar, essas pessoas estão ocupando aquele imóvel, era chegar, passar na reunião do CONSEG, passar esse problema para a prefeitura; prefeitura cobra de quem? cobra do dono da casa; ah, o dono da casa não pode resolver, a prefeitura vai lá, se tiver que derrubar, derruba e muda aquele ambiente. (...)Então, enquanto não tiver o CONSEG, não fazer a atividade fim... não adianta nada ter Conseg só tendo a polícia civil e a PM. Não adianta você fazer queixa: ‘Ó, lá no meu bairro tem um lugar escuro, um terreno baldio e estão estuprando mulher direto lá’. Não adianta pegar um policial, uma viatura, vou deixar uma viatura 24 horas parada lá. Não adianta eu fazer isso. O que é certo fazer? É cobrar da prefeitura, para a prefeitura cobrar o dono: ‘Vamos murar isso aqui, vamos derrubar essa casa, vamos arrancar esse mato’. ‘Ah,

não posso'. Não pode, faz muita e a prefeitura cuida do serviço. Vai a Eletropaulo e coloca luz. Entendeu? O segredo é esse. O CONSEG ter mais força política”.

O que os praças reivindicam é que todos os setores públicos respondam pela segurança pública, cada qual com suas responsabilidades específicas, pois não adianta a polícia agir se os demais setores não fazem a sua parte. Como proposta, além do fortalecimento do Conseg, seria útil integrar os chamados de emergência, para que os problemas sejam encaminhados diretamente aos órgãos ou setores responsáveis.

“Um exemplo que ajudaria bastante também, lá nos Estados Unidos têm o 911, né? Só que lá não são policiais, são pessoas contratadas e que elas lá tem toda rede de apoio. Então... a ocorrência é discada pra lá se for... se for Eletropaulo, eles lá mesmo já ligam pra Eletropaulo. O 911 serve pra tudo. Aqui não. Nós temos 7 telefones de emergência. Então, não precisa ter um policial do COPOM, não precisa ter um policial militar pra você atender 190, poderia ser um cidadão comum, que você está ligando 190, poderia ser um incêndio, um parto, qualquer coisa”.

“Já direcionam a ligação para o local certo”.

“Na mesa de cabine já tem um cara da Sabesp, já tem um bombeiro, já tem... ele, via rádio ‘Viatura X, manda lá em tal lugar’. Ela mesma centraliza, vai direto pra lá. (...) Comando unificado de operações Sabesp, Eletropaulo, bombeiro, ambulância, já tem município de São Paulo que faz isso”.

“Integração. A palavra chave é integração”.

Esta proposta, de integrar os diversos setores, revela que os praças têm uma percepção muito mais ampla do que seria a segurança pública, ou seja, ela não se reduz à polícia e é necessário, portanto, integrar todos os órgãos responsáveis pela promoção da segurança à população.

“A sociedade, ela tem um problema de segurança, mas às vezes não é a segurança que precisa da polícia. Se a sua rua está escura, você sabe que tem um perigo de aparecer um marginal, você se sente insegura. Você, pelo CONSEG, busca conseguir colocar aquela lâmpada acesa. Ou tem um matagal que está incomodando você, desde de bicho a gente, então, a prefeitura está lá pra auxiliar”.

Além destas propostas, mais estruturais, os policiais apresentaram algumas propostas mais pontuais, que dependem menos de grandes mudanças, como ampliar o sistema de boletim de ocorrência pela Internet, evitando que a população precise comparecer no distrito policial e garantindo que a informação chegue à polícia.

O que é importante destacar, entre as propostas apresentadas, é que o conceito de segurança pública dos praças abrange todos os setores públicos. Esta visão auxilia possíveis mudanças, pois os policiais percebem que a integração é necessária para o desenvolvimento de sua atividade-fim.